



CAIXA DE ASSISTÊNCIA E PENSÕES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Exercício Financeiro de 2023

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA

CNPJ nº 12.674.690/0001-43

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

APRESENTAÇÃO

O Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Londrina, foi criado em 15 de dezembro de 1992 através da Lei Municipal 5268 e alterado pela Lei Municipal 11.348 de 25 de outubro de 2011 que implementou a técnica de segregação de massas.

Na data de 25 de outubro de 2011, foi publicado pelo Executivo Municipal de Londrina a Lei Municipal nº 11.348/2011 na qual regulamenta o Plano de Seguridade Social do Servidor Público do Município de Londrina, a estrutura e funcionamento da CAAPSM, cria os fundos de previdência social e de assistência à saúde, do órgão gerenciador e dá outras providências.

Segundo a referida legislação, nos artigos 85º à 87º, estabeleceu-se a criação da técnica de segregação de massas, instituindo a criação de dois fundos, sendo:

- 1) Fundo Financeiro: que terá por finalidade o custeio dos atuais benefícios de aposentadoria e pensão e daqueles benefícios provenientes de servidores ativos, titulares de cargos efetivos, admitidos no serviço público municipal até 31 de dezembro de 2003. Inscrito no CNPJ: 12.674.690/0001-43 (Matriz).
- 2) Fundo Previdenciário: que terá por finalidade o custeio dos benefícios dos servidores ativos, titulares de cargos efetivos, admitidos no serviço público municipal a partir de 1º de janeiro de 2004. Inscrito no CNPJ: 12.674.690/0002-24 (Filial).

Contudo, com a segregação de massas devido a característica do conjunto de beneficiários bem como o desequilíbrio financeiro e atuarial, criou-se no Fundo Financeiro um déficit previdenciário, visto que a maior parte do valor em proventos era devida pelo fundo. Com relação ao Fundo Previdenciário durante o período em questão apresentou-se superavitário visto que a massa de beneficiários vinculados ao fundo tem exigibilidade de recursos em longo prazo, garantindo-se, neste cenário, um regime de capitalização.

Entretanto, conforme corroborado anteriormente, o Fundo Financeiro possuía uma natureza deficitária, levando no período em questão à Administração Municipal recorrer à reserva financeira do fundo para complemento do valor da folha de inativos e pensionistas.

Ocorre que tal prática levou ao esgotamento financeiro de suas aplicações no final do ano de 2016, tornando-se necessária a tomada de providências afim de manter o pagamento de todos os benefícios. Desta forma, a providência adotada pelo Poder Executivo foi da unificação dos fundos por meio da extinção da técnica de segregação de massas e do Fundo Financeiro.

Para tanto, ao final daquele exercício, foi publicada a Lei Municipal nº 12.481/2016, que no caput do art. 1º e parágrafos §1º e §2º, extinguiu a técnica de segregação de massas e o Fundo Financeiro, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica extinta a técnica de segregação de massas, prevista no artigo 85 da Lei nº 11.348, de 25 de outubro de 2011.

§ 1º Em razão do disposto no caput deste artigo fica extinto o fundo financeiro, passando o plano de previdência social, integrante do plano de seguridade social do servidor público do Município de Londrina, a operar através de um fundo único de previdência.

§ 2º O total de recursos existentes no fundo financeiro, apurado na data de publicação desta Lei, reverterá ao fundo previdenciário e servirá exclusivamente para o pagamento de benefícios previdenciários do RPPS do Município de Londrina.

Nota-se que uma vez extinta a técnica de segregação de massas, todos os pagamentos de benefícios previdenciários passam a ser empenhados dentro do Fundo Previdenciário, entretanto, ocorreu um equívoco redacional no que tange a entidade extinta no processo de unificação, pois, considerando os aspectos contábeis, a legislação em foco produziu uma divergência entre o Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas e as entidades envolvidas no processo de extinção.

Assim, a circunstância em questão criou uma situação adversa na escrituração contábil, visto que a extinção do Fundo Financeiro e reversão dos saldos ao Fundo Previdenciário é instituída pela Lei nº 12.481/2016, porém, a organização societária do Fundo Financeiro impede a baixa do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) junto à Receita Federal, visto que apresenta a natureza de MATRIZ.

Salientamos que para correção da situação acima relatada ao final do exercício de 2019 foi publicado a Lei Municipal nº 12.995/2019 que dispõe sobre tema em questão em seu artigo 9º alterando as entidades envolvidas no processo extinção da técnica de segregação de massas, senão vejamos:

Art. 9º Passam os §§ 1º e 2º do artigo 1º da Lei nº 12.481, de 23 de dezembro de 2016, a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º..

§ 1º Em razão do disposto no caput deste artigo fica extinto o Fundo Previdenciário, inscrito no CNPJ sob o nº 12.674.690/0002-24, devendo o plano de previdência social, integrante do plano de seguridade social do servidor público do Município de Londrina, operar através de um fundo único de previdência, denominado como Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Londrina, inscrito no CNPJ sob o nº 12.674.690/0001-43, antes denominado Fundo Financeiro.

§ 2º O total de recursos existentes nos fundos financeiro e previdenciário, reverterão ao Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Londrina e servirá exclusivamente para o pagamento de benefícios previdenciários do RPPS do Município de Londrina.

Parágrafo único. O disposto neste artigo produzirá seus efeitos a partir do exercício financeiro de 2021."

Conforme evidenciado no artigo supracitado a correção quanto às entidades envolvidas processo de unificação de massas está normatizado na Lei Municipal 12.995/2019 em seu artigo 9º, ainda em seu parágrafo único estabelece que o disposto neste artigo produzirá seus efeitos a partir do exercício financeiro de 2021, razão dessa para fins de convergência com os instrumentos de planejamento do Município de Londrina.

Em face da legislação supracitada e considerando o período de início dos efeitos dos referidos artigos foi realizado a transferência dos saldos contábeis ao final do exercício de 2020 do extinto Fundo Previdenciário, inscrito no CNPJ sob o nº 12.674.690/0002-24 para o Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Londrina, inscrito no CNPJ sob o nº 12.674.690/0001-43, passando a partir do exercício financeiro de 2021 o plano de previdência social dos servidores municipais de Londrina operar através de um único fundo.

Considerando a gestão do Plano de Previdência Social informamos que o fundo cumpriu a totalidade de obrigações de concessões quanto ao pagamento de benefícios previdenciários no ano de 2023. Ainda destacamos que as providências quanto a amortização do déficit atuarial eleitas pelo Município, através

da Lei nº 13.469/2022, aprovada em setembro/2022, demonstraram sua efetividade, já que, conforme Relatório Atuarial referente ao exercício de 2023, foi apurado um resultado superavitário atuarial de R\$ 1.084.430,07. Contudo ainda neste período se fez necessário ajustes quanto ao plano adotado, em virtude de que a incidência da alíquota patronal sobre a folha de pagamento de inativos e pensionistas encontrava-se em desconformidade com a Portaria nº 1467/2022. Importante ressaltar a manifestação do Ministério público de Contas, gabinete da 7ª Procuradoria de Contas, através do Parecer nº 356/2023, o qual reconhece os esforços da Administração no que tange ao equacionamento atuarial, entretanto recomenda adequação do Plano de Amortização aos dispositivos contidos na referida portaria.

Diante da necessária adequação, promoveu-se um ajuste considerando a revogação da incidência da alíquota patronal sobre a folha de inativos e pensionistas, visando sua compensação de natureza atuarial, financeira e orçamentária, sendo convertido na Lei Municipal nº 13.676 de 24 de Novembro de 2023.

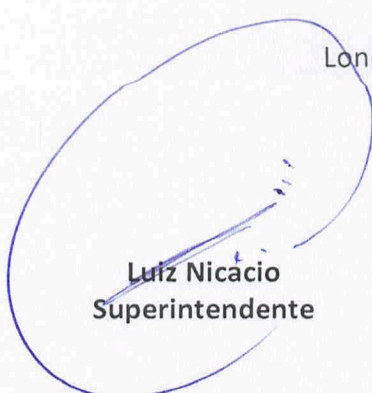
Em face das legislações que versam sobre tema o Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Londrina apresenta as Demonstrações Contábeis (DC's) que integram a Prestação de Contas Anual (PCA) do exercício de 2023. As DC's contemplam a execução e a análise do Orçamento Fiscal, sendo materializada nos seguintes relatórios:

- 1) Balanço Patrimonial
- 2) Orçamentário
- 3) Financeiro
- 4) Demonstrações das Variações Patrimoniais,
- 5) Demonstrações dos Fluxos de Caixa,

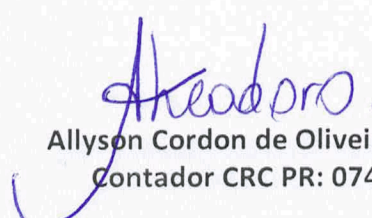
As DC's foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Equiplano e incluem os dados da execução orçamentária, financeira e patrimonial da entidade e nas Notas Explicativas. O resultado patrimonial apurado (nas Variações Patrimoniais) em 2023 foi superavitário em R\$ 1,7 bilhões. O Patrimônio Líquido demonstrado no Balanço Patrimonial de 2023 resultou negativo em R\$ 613 milhões. Em 2023 as receitas orçamentárias registraram R\$ 552,4 milhões bem como a despesa empenhada resultou em R\$ 506,7 milhões, gerando um resultado orçamentário superavitário de aproximadamente R\$ 46 milhões. Quanto ao resultado financeiro foi superavitário em R\$ 46,9 milhões gerando o aumento no saldo das aplicações de R\$ 57,9 milhões para R\$ 104,9 milhões.

A seguir, serão apresentadas as demonstrações contábeis do Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Londrina, relativas ao exercício de 2023, e detalhados os seus principais itens e informações relevantes em Notas Explicativas.

Londrina, 31 de dezembro de 2023.



Luiz Nicácio
Superintendente



Allyson Cordon de Oliveira Theodoro
Contador CRC PR: 074248/O-4

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA
CNPJ Nº 12.674.736/0001-24

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2023

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL 2023 - QUADRO PRINCIPAL – ANEXO 14

ATIVO			
CONTAS CONTÁBEIS	NE	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE	1	215.770.932,27	59.160.714,58
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		52.763,62	34.597,25
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional		52.763,62	34.597,25
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		110.812.203,66	1.171.501,79
Tributos a Recuperar/Compensar		0,00	0,00
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo		110.812.203,66	1.171.501,79
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		104.905.964,99	57.954.615,54
Títulos e Valores Mobiliários		25.232.450,73	5.866.404,30
Investimentos e Aplicações Temporárias De Curto Prazo - RPPS		79.673.514,26	52.088.211,24
(-) Ajuste de Perdas de Investimentos e Aplicações Temporárias		0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		3.099.039.888,84	244.192.150,46
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2	3.069.812.483,12	218.137.344,74
Créditos a Longo Prazo		3.069.022.231,42	217.375.564,97
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		790.251,70	761.779,77
INVESTIMENTOS	4	8.612.000,00	26.046.400,00
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		8.612.000,00	26.046.400,00
IMOBILIZADO	3	8.405,72	8.405,72
Bens Móveis		8.405,72	8.405,72
Bens Imóveis		20.607.000,00	0,00
TOTAL DO ATIVO		3.314.810.821,11	303.352.865,04

PASSIVO			
CONTAS CONTÁBEIS	NE	2023	2022
PASSIVO CIRCULANTE		2.691.628,33	3.051.084,46
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		0,00	0,00
ASSISTÊNCIAS A PAGAR A CURTO PRAZO		0,00	0,00
Benefícios Previdenciários a Pagar		0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		1.083.333,33	1.791.349,18
Fornecedores E Contas A Pagar Nacionais A Curto Prazo		1.083.333,33	1.791.349,18
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União		0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	5	1.608.295,00	1.259.735,28
Valores Restituíveis		1.607.940,95	1.259.735,28
Outras Obrigações a Curto Prazo		354,05	0,00
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		3.925.516.045,32	2.658.792.986,96
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTÊNCIA A PAGAR A LONGO PRAZO	6	35.967.745,59	29.659.262,55
Benefícios Previdenciários a Pagar		35.967.745,59	29.659.262,55
PROVISÕES A LONGO PRAZO	7	3.889.548.299,73	2.629.133.724,41
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo		3.889.548.299,73	2.629.133.724,41
TOTAL DO PASSIVO		3.928.207.673,65	2.661.844.724,41

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CONTAS CONTÁBEIS	NE	2023	2022
RESULTADOS ACUMULADOS		(613.396.852,54)	(2.358.491.206,38)
Resultado do Exercício	10	1.745.094.353,84	(614.458.410,10)
Resultados de Exercícios Anteriores	11	(2.358.522.581,34)	(1.744.064.171,24)

Ajustes de Exercícios Anteriores	12	0,00	0,00
Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	13	31.374,96	31.374,96
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	(613.396.852,54)	(2.358.491.206,38)
TOTAL (PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO)		3.314.810.821,11	303.352.865,04

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
ATIVO (I)			
Ativo Financeiro		104.958.728,61	57.989.212,79
Ativo Permanente		245.363.652,25	245.363.652,25
TOTAL DO ATIVO		350.322.380,86	303.352.865,04
PASSIVO (II)			
Passivo Financeiro*		1.985.829,28	1.301.433,06
Passivo Permanente		3.926.599.378,65	2.660.584.336,14
TOTAL DO PASSIVO		2.661.885.769,20	2.661.885.769,20
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	14	(613.774.386,82)	(2.358.532.904,16)

*Passivo Financeiro: Inclui Restos a Pagar Não Processados

Quadro das Contas de Controle – Compensação

Saldo dos Atos Potenciais Ativos			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos		0,00	0,00
Congêneres a Receber		0,00	0,00
Direitos Contratuais a Executar		0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00
Saldo dos Atos Potenciais Passivo			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		0,00	0,00
Obrigações Conveniados e outros Instrumentos		0,00	0,00
Congêneres a Liberar		0,00	0,00
Obrigações Contratuais a Executar		0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00

Demonstrativo do Superavit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

ORIGEM DOS RECURSOS	NE	2023	2022
1 Recursos do Tesouro (Descentralizados)		0,00	0,00
40 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS		99.931.974,99	52.820.653,68
94 Retenções em Caráter Consignatário		0,00	0,00
551 Compensação entre Regimes Previdenciários		3.040.924,34	3.867.126,05
TOTAL	15	102.972.899,33	56.687.779,73

cd

+

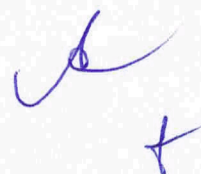
ANEXO 15 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

CONTAS CONTÁBEIS	NE	2023	2022
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		4.934.375.226,23	440.035.347,75
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
Impostos		0,00	0,00
Taxas		0,00	0,00
Contribuições de Melhorias		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	17	393.528.146,19	394.114.615,93
Contribuições Sociais		393.528.146,19	394.114.615,93
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		0,00	0,00
Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP		0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	17	413.200,17	91.200,00
Venda de Mercadorias		0,00	0,00
Venda de Produtos		0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		413.200,17	91.200,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	18	11.027.102,97	11.867.464,77
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00	10.163.596,52
Juros e Encargos de Mora		0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais		0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos		0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		11.027.102,97	1.703.868,25
Juros e Encargos de Empréstimos Obtidos		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativa - Financeiras		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	19	222.664.146,97	11.730.797,31
Transferências Intragovernamentais		222.664.146,97	11.730.797,31
Transferências Inter Governamentais		0,00	0,00
Transferências das Instituições Privadas		0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos		0,00	0,00
Transferências do Exterior		0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada		0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas		0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas		0,00	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	20	52.751.979,29	4.315.561,65
Reavaliação de Ativos		52.751.979,29	4.315.561,65
Ganhos com Alienação		0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos		0,00	0,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos		0,00	0,00
Reversão de Redução a Valor Recuperável		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	21	4.253.990.650,64	17.915.708,09
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações		0,00	0,00
Subvenções Econômica		0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajuste de Perdas		2.507.674.377,94	0,00
Diversa Variações Patrimoniais Aumentativas		1.746.316.272,70	17.915.708,09
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		3.189.280.872,39	1.054.493.757,85
PESSOAL E ENCARGOS		0,00	0,00
Remuneração a Pessoal		0,00	0,00
Encargos Patronais		0,00	0,00
Benefício a Pessoal		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		0,00	0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	17	492.886.451,80	429.876.421,20
Aposentadorias e Reformas		446.814.726,37	386.845.713,73
Pensões		46.071.725,43	43.030.707,47
Benefícios de Prestação Continuada		0,00	0,00
Benefícios Eventuais		0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda		0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		0,00	0,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	17	10.547.949,36	11.214.797,24
Uso de Materiais de Consumo		0,00	0,00

Serviços		10.547.949,36	11.214.797,24
Depreciação, Amortização e Exaustão		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	18	45.287,48	0,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		0,00	0,00
Variações Cambiais		0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos		0,00	0,00
Remuneração Negativa de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		45.287,48	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	19	0,00	0,00
Transferências Intragovernamentais		0,00	0,00
Transferências Inter Governamentais		0,00	0,00
Transferências a Instituições Privadas		0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos		0,00	0,00
Transferências ao Exterior		0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada		0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas		0,00	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	20	0,00	0,00
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		0,00	0,00
Perdas com Alienação		0,00	0,00
Perdas Involuntárias		0,00	0,00
Incorporação de Passivos		0,00	0,00
Desincorporação de Ativos		0,00	0,00
TRIBUTÁRIAS	17	0,00	468.639,59
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias		0,00	0,00
Contribuições		0,00	438.639,59
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		0,00	0,00
Custos das Mercadorias Vendidas - CMV		0,00	0,00
Custo dos Produtos Vendidos - CPV		0,00	0,00
Custos dos Serviços Prestado - CSP		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	21	2.685.801.183,75	612.963.899,82
Premiações		0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações		0,00	0,00
Incentivos		0,00	0,00
Subvenções Econômicas		0,00	0,00
Participações e Contribuições		0,00	0,00
VPD de Constituição de Provisões		2.677.878.769,34	598.137.485,82
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		7.922.414,41	14.826.414,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	16	1.745.094.353,84	(614.458.410,10)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS
(decorrentes da execução orçamentária)

CONTAS CONTÁBEIS	NE	2023	2022
INCORPORAÇÃO DE ATIVO		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO		0,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVO		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO		4.297.339,44	0,00



ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Receitas Orçamentárias

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
			(a)	(b)	c=(b-a)
Receitas Correntes (I)	22	140.375.000,00	140.375.000,00	153.713.204,44	13.338.204,44
Receitas de Impostos, Taxas e Contr. Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições		123.712.000,00	123.712.000,00	127.738.721,78	4.026.721,78
Receita Patrimonial		2.060.000,00	2.060.000,00	11.111.205,41	9.051.205,41
Receita Agropecuária		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		14.603.000,00	14.603.000,00	14.863.277,25	260.277,25
Receitas de Capital (II)	22	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito		0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Intraorçamentária (III)	22	407.344.000,00	407.344.000,00	398.709.387,52	(8.634.612,48)
Contribuições - Intraorçamentária		378.393.000,00	378.393.000,00	360.160.946,02	(18.232.053,98)
Contribuições Sociais - Intraorçamentária		378.393.000,00	378.393.000,00	360.160.946,02	(18.232.053,98)
Receita Patrimonial		7.000,00	7.000,00	321.497,73	314.497,73
Exploração do Patrimônio Imob. Do Estado		7.000,00	7.000,00	321.497,73	314.497,73
Outras Receitas Correntes - Intraorçamentária		28.944.000,00	28.944.000,00	38.226.943,77	9.282.943,77
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		2.000,00	2.000,00	0,00	(2.000,00)
Demais Receitas Correntes		28.942.000,00	28.942.000,00	38.226.943,77	9.284.943,77
A Classificar (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
A Classificar		0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (VI) = (I+II+III+IV+V)	22	547.719.000,00	547.719.000,00	552.422.591,96	4.703.591,96
Déficit (VII)		0,00	13.111.000,00	0,00	(13.111.000,00)
T o t a l (VIII) = (VI+VII)	22	547.719.000,00	560.830.000,00	552.422.591,96	(8.407.408,04)
Saldo de Exercícios Anteriores		0,00	42.050.000,00	42.050.000,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores		0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit Financeiro		0,00	42.050.000,00	42.050.000,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesas Pagas	Saldo
		(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(c) = (e-f)
Despesas Correntes (I)		522.779.000,00	560.830.000,00	506.092.184,88	505.714.650,60	505.714.296,55	54.737.815,12
Pessoal e Encargos sociais		506.639.000,00	545.439.000,00	492.886.451,80	492.886.451,80	492.886.451,80	52.552.548,20
Juros e Encargos da Dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes		16.140.000,00	15.391.000,00	13.205.733,08	12.828.198,80	12.827.844,75	2.185.266,92
Despesas de Capital (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização Dívida Refinanciada		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingências (III)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingências		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Subtotal da Despesas (IV) = (I+II+III)		522.779.000,00	560.830.000,00	506.092.184,88	505.714.650,60	505.714.296,55	54.737.815,12
Amortização Dívida Refinanciada (V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal c/Refinanciamento (VI) = (IV+V)		522.779.000,00	560.830.000,00	506.092.184,88	505.714.650,60	505.714.296,55	54.737.815,12
Reserva do RPPS (VII)		28.941.000,00	28.941.000,00	0,00	0,00	0,00	28.941.000,00
Superavit (VIII)		24.940.000,00	0,00	46.330.407,08	46.707.941,36	46.708.295,41	(46.330.407,08)
TOTAL (IX) = (VI+VII+VIII))	23	547.719.000,00	560.830.000,00	552.422.591,96	552.422.591,96	552.422.591,96	8.407.408,04

Execução de Restos a Pagar Não Processados

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	NE	INSCRITOS		LIQUIDADO	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-c-e)
Despesas Correntes		0,00	41.697,78	41.697,78	41.697,78	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes		0,00	41.697,78	41.697,78	41.697,78	0,00	0,00
Despesas Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
T o t a l		0,00	41.697,78	41.697,78	41.697,78	0,00	0,00

Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados.

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	NE	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
		(a)	(b)	(c)	(d)	(f)=(a+b-c-e)
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos sociais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
T o t a l		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
Receita Orçamentária (I)	29	552.422.591,96	440.990.049,41
Ordinária		0,00	0,00
Vinculada		552.422.591,96	440.990.049,41
Transferências Financeiras Recebidas (II)	31	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		142.621.921,26	123.309.434,67
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		57.989.212,79	58.190.822,93
Caixa e Equivalente de Caixa		57.989.212,79	58.190.822,93
Realizável		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	27	753.033.726,01	622.490.307,01
DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
Despesa Orçamentária (VI)	30	506.092.184,88	441.680.716,51
Ordinária		0,00	0,00
Vinculada		506.092.184,88	441.680.716,51
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		141.982.812,52	123.820.377,71
Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (IX)		104.958.728,61	57.989.212,79
Caixa e Equivalente de Caixa		104.958.728,61	57.989.212,79
Realizável		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	27	753.033.726,01	622.490.307,01




ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DESCRIÇÃO	NE	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
FLUXO DE CAIXA LÍQU. DAS ATIVID. DAS OPERAÇÕES		2023	2022
INGRESSOS	29	694.666.624,89	564.257.786,30
RECEITAS DERIVADAS		487.899.667,80	412.910.034,22
Receita Tributária		0,00	0,00
Receita de Contribuições		487.899.667,80	412.910.034,22
Outras Receitas Derivadas		0,00	0,00
RECEITAS ORIGINÁRIAS		64.522.924,16	28.080.015,19
Receita Patrimonial		11.432.703,14	1.795.068,25
Receita Agropecuária		0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00
Outras Receitas Originárias		53.090.221,02	26.284.946,94
Remuneração das Disponibilidades		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS		142.244.032,93	123.267.736,89
Intergovernamentais		0,00	0,00
da União		0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal		0,00	0,00
de Municípios		0,00	0,00
Intragovernamentais		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	31	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários		142.244.032,93	123.267.736,89
DESEMBOLSOS	30	647.697.109,07	564.459.396,44
PESSOAL E OUTRAS DESP. CORRENT. POR FUNÇÃO		492.886.451,80	429.876.421,20
PREVIDÊNCIA SOCIAL		492.886.451,80	429.876.421,40
ENCARGOS ESPECIAIS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS		154.810.657,27	134.582.975,24
Intergovernamentais		0,00	0,00
da União		0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal		0,00	0,00
de Municípios		0,00	0,00
Intragovernamentais		12.869.542,53	12.574.654,96
Transferências Financeiras Concedidas		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários		141.895.827,26	122.008.320,28
Outros Desembolsos		45.287,48	0,00
Perdas de Investimentos e Aplicações		45.287,48	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQU. DAS ATIVID. DAS OPERAÇÕES		46.969.515,82	(201.610,14)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		2023	2022
INGRESSOS		0,00	0,00
Alienação de Bens		0,00	0,00
Amortização de Empréstimos e Financiamento Concedidos		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		0,00	0,00
Aquisição de Ativo Não Circulante		0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVID. DE INVESTIMENTO		0,00	0,00

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVID. DE FINANCIAMENTO		2023	2022
INGRESSOS		0,00	0,00
Operações de Créditos		0,00	0,00

+
A

DESEMBOLSOS		0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQU. DAS ATIVID. DE FINANCIAMENTO		0,00	0,00

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		2023	2022
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	28	46.969.515,82	(201.610,14)
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	32	57.989.212,79	58.190.822,93
Caixa e Equivalente de Caixa Final	32	104.958.728,61	57.989.212,79

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023

1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

a) Informações Gerais

O Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Londrina, devidamente inscrito no CNPJ nº 12.674.736/0001-24, localizado na Avenida Duque de Caxias - nº 333 - Jardim Igapó Londrina, Paraná – CEP: 86015-000.

b) Base de Elaboração

As Demonstrações Contábeis do Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Londrina, foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 9ª edição, e a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) válido para 2023, bem como considerando o disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e demais normas aplicáveis às finanças públicas. O objetivo principal das Demonstrações Contábeis é fornecer aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio da entidade e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante do exercício de 2023.

Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição do patrimônio público da Entidade, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxo de caixa, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira. As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas NBCASP, NO PCASP e no MCASP. Desta forma as demonstrações são compostas por: (I) Balanço Patrimonial (BP); (II) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); (III) Balanço Orçamentário (BO); (IV) Balanço Financeiro (BF); (V) e Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC). De acordo com as premissas do modelo PCASP, As Demonstrações Contábeis apresentam as seguintes particularidades, fruto das características dos procedimentos adotados no Município.

I) A não apresentação do quadro de Variação Patrimonial Qualitativa, um dos anexos da DVP, mesmo sendo de evidenciação facultativa no modelo PCASP; não há um consenso sobre as informações que devem ser evidenciadas no quadro; e a informação sobre a execução de despesas orçamentárias que causam variações qualitativas no patrimônio do Município está disponível no Balanço Orçamentário (BO) e seus quadros anexos;

II) O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de caixa (conforme artigo 1º e segundo do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986) exige que todas as receitas e despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Desta forma, no Balanço Financeiro (BF) os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalente de Caixa;

III) Na Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) são apresentados os fluxos de caixa extra orçamentários, considerando que, devido ao princípio de unidade de caixa, existem recursos extras orçamentários que transitam na conta única;

IV) Ainda em relação a conta única, as suas utilizações, em função de arrecadação de receitas e dos demais usos legalmente autorizados, por entidade não integrante do OFSS, podem implicar em saldo residual nas transferências recebidas e concedidas que são evidenciadas tanto no Balanço Financeiro, quanto na Demonstração dos Fluxos de Caixa;

V) A apresentação dos saldos utilizados para a abertura de créditos adicionais no Balanço Orçamentário (BO) descreve os ajustes que impactariam a previsão da receita da despesa orçamentária.

2. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

Em 24 de setembro de 2015 foi publicada a Portaria STN nº 548, que dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, tendo como objetivo a consolidação do Balanço do Setor Público Nacional. Na referida portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634 (Art. 6º e 7º), de 19 de novembro de 2013, e as regras aplicáveis descritas no MCASP.

3. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotadas no âmbito da Autarquia, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

a) Caixa ou Equivalente de Caixa: Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Por conta única entende-se a soma de todas as contas bancárias em uma única conta contábil.

b) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo: São as aplicações de recurso em título e valores mobiliários. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis ou o seu resgate.

c) Imobilizado O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. E reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. A depreciação está sendo aplicada nos bens adquiridos nos últimos anos.

d) Passivos circulantes e não circulantes: As obrigações da Autarquia obedecem ao regime de competência e são evidenciados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, e dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das Demonstrações Contábeis.

e) Provisões: As provisões são reconhecidas quanto a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

f) Ativos e Passivos Contingentes: Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas DCASP, sendo registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas, quando relevantes. Contudo os mecanismos de controle ainda não estão totalmente aprimorados de forma que permita a completa contabilização dos ativos e passivos contingentes.

g) Apuração do resultado: No modelo PCASP é possível à apuração dos seguintes resultados: patrimonial, orçamentário e financeiro, conforme descrição abaixo:

g.1) Resultado patrimonial: A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos fluirão para a entidade e quando

puderem ser mensuráveis confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimo nos benefícios econômicos para a Autarquia, implica em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivo, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas específicas e às transferências concedidas que sigam a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre a VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

g.2) Resultado orçamentário: O regime orçamentário da entidade segue o descrito no Art. 35 da Lei 4320/1964. Deste modo, pertencem ao exercício financeiro e as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

g.3) Resultado financeiro: O resultado financeiro representa o confronto entre os ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteram as disponibilidades da entidade. No Balanço Financeiro é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em Função das particularidades da Autarquia, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4. Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis

Considerando o Parecer Jurídico nº 192/2023 e Recomendação nº 1/2023 emitidos pela Procuradoria Geral do Município – PGM, gerou a necessidade de reavaliar o procedimento contábil quanto a incorporação do imóvel da sede administrativa da CAAPSMIL ao Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Londrina, estabelecida pela Lei Municipal nº 13.317 de 27 de dezembro de 2021. O posicionamento jurídico em questão orientou no seguinte sentido:

Na realidade, um fundo não passa de uma conta específica, vinculada. Não é uma “entidade própria”, do ponto de vista jurídico. Apenas é parte do patrimônio de uma pessoa jurídica de direito público. O fundo ganha “autonomia” apenas para fins contábeis devido à previsão legislativa específica, eis o motivo de “orçamento e contabilidade individualizados”.

Deve-se eliminar a confusão existente entre os fundos e pessoas jurídicas. Como dito, referidos fundos, ainda que possuam autonomia meramente contábil, não passam de contas vinculadas a determinada pessoa jurídica de direito público.

O imóvel foi incorporado no grupo de investimentos do Fundo de Previdência, entendendo pelo aspecto contábil que o Fundo de Previdência e Órgão Gerenciador são entidades distintas, sendo aplicável o princípio da entidade na contabilização da transferência do ativo. Contudo de posse da recomendação jurídica, quanto ao fundo não ser uma “entidade própria” e sim apenas uma parcela do patrimônio da pessoa jurídica público, presume-se que o Fundo de Previdência seria uma parcela do patrimônio da Autarquia (Órgão Gerenciador), mesmo que tenham escrituração contábil segregadas e CNPS's distintos, em essência são uma mesma entidade, logo o registro no grupo de investimentos torna-se equivocado. Em face do posicionamento jurídico no exercício de 2023 foi efetuado o estorno da transferência e registrado providenciado novo registro no grupo do imobilizado.

5. Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis

A Conformidade Contábil das demonstrações contábeis visa assegurar a fidelidade e a conformidade dos dados, além de permitir a sinalização de situações que possam causar distorções nos valores evidenciados. Foram detectadas as seguintes restrições contábeis:

a) Investimentos e Aplicações Temporárias a curto prazo: Considerando a Instrução de Procedimentos Contábeis nº 14 que dispõe quanto aos procedimentos contábeis relativos aos Regime Próprio Previdência Social, em especial o tratamento dos investimentos do RPPS, onde os saldos deverão ser avaliados pela “marcação a mercado” ou “marcação na curva”, sendo que determinação também é exposta na Portaria MPS nº 402/2010, conforme o seguinte artigo nº 16:

Art. 16. Para a organização do RPPS devem ser observadas as seguintes normas de contabilidade:

VIII - os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras do RPPS devem ser registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos e marcados a mercado, no mínimo mensalmente, mediante a utilização de metodologias de apuração em consonância com as normas baixadas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários e parâmetros reconhecidos pelo mercado financeiro de forma a refletir o seu valor real.

Considerando a aplicação no fundo Ouro Verde Desenvolvimento Imobiliário CNPJ/MF nº 19.107.604/0001-60 e extrato mensal disponibilizado pela administradora quanto a movimentação do período, foi verificado que o saldo apresentado se resume ao valor patrimonial das respectivas cotas, logo não refletem a posição de mercado do respectivo ativo. Ainda informamos que no fechamento de junho de 2022 o ativo “ORPD11 – Ouro Verde Desenvolvimento Imobiliário I”, não se encontra mais disponível para negociação no mercado secundário, não se encontrando mais listado na bolsa de valores (B3).

Diante do exposto para fins de fechamento contábil de Julho de 2022 em diante foi utilizado a última cotação disponível e negociada na bolsa de valores oficial do Brasil (B3), em convergência com o último extrato encaminhado para a Contabilidade, pelas seguintes razões: 1) Princípio contábil da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido (Resolução CFC n.º 750/93); 2) Orientações quanto a marcação a mercado expostas pelo Manual de Marcação a Mercado Banco B3 pagina 13, onde orienta como fonte secundária para marcação de mercado em renda variável utilizar como fonte alternativa, caso não caso não haja negociações no dia, a última cotação de fechamento disponível, que deve ser atualizada sempre que ocorrer um evento na ação (pagamento de dividendo, juros, splits/inplit, bonificações, direitos etc.) no período em que ficou sem negociação.

Por fim informamos que foi encaminhado ofício nº 599/2022 para a administradora, onde solicita esclarecimentos sobre os valores de cota a serem contabilizados, bem como foi efetuado consulta junto a Secretaria de Previdência de Previdência para o adequado tratamento contábil, devido a indisponibilidade do valor de mercado do referido ativo, o qual apresentou a seguinte orientação:

[...] Essa é uma situação atípica em que o RPPS deverá notificar a Administradora e diligenciar a Comissão de Valores Mobiliários - CVM sobre o fato ocorrido, para que sejam tomadas as devidas providências. Outrossim, para fins de transparência, o RPPS deverá evidenciar o fato ocorrido em notas explicativas.

Diante da orientação emitida pela Secretaria de Previdência foi realizado uma nova notificação para a Administradora através do ofício nº 650/2022, e foi encaminhado ofício a Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Cabe ainda destacar que no próximo exercício financeiro será providenciado assessoria financeira do instituto, laudo de avaliação quanto a situação e precificação do ativo.

b) Imobilizado – os valores constantes nesse subgrupo contábil não atendem integralmente aos procedimentos contábeis patrimoniais, considerando que o inventário patrimonial não foi concluído no exercício de 2023 e ainda não ocorreram avanços quanto ao procedimento de reavaliação do saldo contábil de todo conjunto do imobilizado. Contudo foi realizado a implantação da depreciação nos bens adquiridos desde o exercício de 2013. Portanto as informações constantes neste grupo contábil têm sua confiabilidade e fidelidade das informações restringidas devido a conclusão do inventário.

6. Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

Nota 01 – Ativo Circulante

O Ativo Circulante contempla os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa em moeda nacional, créditos e valores a receber a curto prazo e Investimentos e Aplicações Temporárias do RPPS resultando em uma oscilação positiva de 264,72% no ativo circulante entre os períodos, conforme tabela a seguir:

CONTAS CONTÁBEIS	2023	AV%	2022	AV%	AH%
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	215.770.932,27	100,00	59.160.714,58	100,00	264,72
Banco Conta Movimento	52.763,62	0,02	34.597,25	0,058	52,51
Alugueis a Receber	15.200,00	0,01	7.600,00	0,013	100,00
Valores Previdenciários a Receber	110.797.003,66	51,35	1.163.901,79	1,97	9419,45
Títulos Públicos	25.232.450,73	11,69	5.866.404,30	9,92	330,12
Fundos de Investimentos – Tesouro Nacional	74.771.288,51	34,65	46.246.036,86	78,17	61,68
Aplicações em Fundos do Segmento Imobiliário	4.902.225,75	2,27	5.842.174,38	9,88	-16,09

Tabela 1 – Ativo Circulante – Em Moeda Nacional

Os recursos financeiros são aplicados no mercado financeiro, conforme o disposto na legislação, a qual estabelece que as disponibilidades financeiras da administração pública municipal são aplicadas em instituições financeiras oficiais, que apresentarem maior rentabilidade e segurança de retorno, respeitadas as cláusulas vigentes em contratos. Dessa forma, para a operacionalização dos registros contábeis das contas bancárias de movimento e das aplicações financeiras em contas de recursos livres e vinculados, mantendo na Unidade de Tesouraria o controle analítico das contas bancárias.

Os direitos a receber são reconhecidos em observância ao regime de competência e baixados quando efetuado a arrecadação do crédito, no fechamento do período os seguintes valores a receber encontram-se escriturados na contabilidade:

- a) **Alugueis a Receber:** Compreende a valores a receber decorrente da exploração do patrimônio vinculado ao Fundo de Previdência.
- b) **Valores Previdenciários a Receber:** Compreende em contribuições e compensações previdenciárias de dezembro de 2023, cujo o prazo de recebimento se estende ao mês subsequente. Ainda é reconhecido nesta conta os valores quanto aos aportes para cobertura de déficit atuarial a serem arrecadados ao longo do exercício de 2024.

Ativo não Circulante

Na tabela a seguir, apresentamos a composição do ativo circulante, em 31/12/2022 comparado com o saldo em 31/12/2021, onde verifica-se uma oscilação positiva de 1169,10%.

CONTAS CONTÁBEIS	2022	AH%	2021	AH%	AV%
Ativo Não Circulante	3.099.039.888,84	100,00	244.192.150,46	100,00	1169,10
Realizável a Longo Prazo	3.069.812.483,12	99,06	218.137.344,74	89,33	1307,28
Créditos a Longo Prazo	246.195.150,26	7,94	217.375.564,94	89,02	13,26

Valor Atual da Contribuição Patronal Suplementar	1.517.372.978,52	48,96	0,00	0,00	
Valor Atual dos Recursos vinculados por Lei para Cobertura de Deficit Atuarial	1.305.454.102,64	42,12	0,00	0,00	
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	790.251,70	0,03	761.779,77	0,31	3,74
Investimentos	8.612.000,00	0,28	26.046.400,00	10,67	-66,94
Investimentos do RPPS a Longo Prazo	8.612.000,00	0,28	26.046.400,00	10,67	-66,94
Imobilizado	20.615.405,72	0,67	8.405,72	0,00	245154,49
Bens Móveis	8.405,72	0,00	8.405,72	0,00	0,00
Bens Imóveis	20.607.000,00	0,66	0,00	0,00	

Tabela 2 – Disposição do Ativo Não Circulante

Nota 02 – Realizável a Longo

Créditos a Longo Prazo: O Valor de R\$ 246.195.150,26 refere-se ao parcelamento que o Município de Londrina possui com o Fundo de Previdência, conforme Lei Municipal nº 9.566/2004.

Valor Atual da Contribuição Patronal Suplementar: O valor de R\$ 1.517.372.978,52 é registrado em convergência com o laudo atuarial vigente no exercício de 2023, composto pela projeção de contribuição patronal suplementar a receber conforme o plano de amortização do déficit atuarial.

Valor Atual dos Recursos vinculados por Lei para Cobertura de Deficit Atuarial: O valor de R\$ 1.305.454.102,64 é registrado em convergência com o laudo atuarial vigente no exercício de 2023, por meio da aprovação da Lei Municipal nº 13.469, de 26 de setembro de 2022, que garantiu à CAASPM o repasse de “aportes financeiros relativos à receita do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelos órgãos da administração pública municipal, direta e indireta, bem como pelo poder legislativo municipais”, pelo prazo de 50 anos.

Demais Créditos e Valores a Longo Prazo: referem-se a valores não recebidos pelo Fundo de Previdência e encaminhados para o jurídico para as devidas providências. Processo 006718281.2016.8.16.0014-1ª VFP - Sip Jurídico 67182/2016.

Nota 03 – Imobilizado

Na data 17 de Maio de 2021 foi emitida a Portaria CAAPSM – GADM Nº 125 o qual em sua súmula nomeia os membros da Comissão de Levantamento, Avaliação e Reavaliação Patrimonial dos Bens Móveis da CAAPSM com a competência de I- Realizar o levantamento e verificar a localização física de todos os bens patrimoniais da CAAPSM; II- Avaliar o estado de conservação dos bens; III- Classificar os bens passíveis de disponibilidade de uso; IV- Identificar bens patrimoniais não localizados; V – Realizar a avaliação e reavaliação dos bens móveis; VI – Identificar, alterar e incluir no Cadastro do Sistema Equiplano, o servidor responsável pelo bem; VII- Classificar os bens inservíveis (ociosos, recuperáveis, irre recuperáveis e antieconômicos); VIII- Emitir relatório final acerca das observações anotadas ao longo do processo do inventario, constando as informações quanto aos procedimentos realizados, à situação geral do patrimônio da CAAPSM e às recomendações para corrigir as irregularidades apontadas; IX- Formar os lotes de bens inservíveis, conforme sua classificação e características patrimoniais para posterior desfazimento.

Os resultados preliminares apontados pela comissão avaliadora foram incluídos no Processo SEI Nº 43.005753/2021-48 e encaminhados para deliberações da Superintendência e instaurações dos devidos processos.

No que tange ao Fundo de Previdência os bens móveis estão distribuídos na conta Equipamentos de

Processamento de Dados, e já atingiram o saldo residual, não apresentando saldo depreciado no período:

CONTAS CONTÁBEIS	TX DEPREC.	INSCRIÇÃO	DEPREC. ACUM.	SALDO RESIDUAL
Bens Móveis	0	8.405,72	0,00	8.405,72
Bens de Informática	0	8.405,72	0,00	8.405,72
Equipamentos de Processamento de Dados	0	8.405,72	0,00	8.405,72

Tabela 3 – Disposição do Imobilizado

Ao final do exercício de 2022 foi sancionado pelo por executivo municipal a Lei Nº 13.317 de 27 de dezembro de 2021, onde autoriza a transferência da sede administrativa da CAAPSMML ao Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Londrina avaliada em R\$ 20.607.000,00.

Considerando o Parecer Jurídico nº 192/2023 e Recomendação nº 1/2023 emitidos pela Procuradoria Geral do Município – PGM, gerou a necessidade de reavaliar a incorporação contábil do imóvel da sede administrativa da CAAPSMML ao Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Londrina, estabelecida pela Lei Municipal nº 13.317 de 27 de dezembro de 2021. O posicionamento jurídico em questão orientou no seguinte sentido:

Na realidade, um fundo não passa de uma conta específica, vinculada. Não é uma “entidade própria”, do ponto de vista jurídico. Apenas é parte do patrimônio de uma pessoa jurídica de direito público. O fundo ganha “autonomia” apenas para fins contábeis devido à previsão legislativa específica, eis o motivo de “orçamento e contabilidade individualizados”.

Deve-se eliminar a confusão existente entre os fundos e pessoas jurídicas. Como dito, referidos fundos, ainda que possuam autonomia meramente contábil, não passam de contas vinculadas a determinada pessoa jurídica de direito público.

Inicialmente o imóvel foi incorporado no grupo de investimentos do Fundo de Previdência, pois o tratamento contábil seria que o Fundo de Previdência e Órgão Gerenciador são entidades distintas, devendo ser observado o princípio da entidade na contabilização da transferência da ativo. Contudo de posse da recomendação jurídica, quanto ao fundo não ser uma “entidade própria” e sim apenas uma parcela do patrimônio da pessoa jurídica público, presume-se que o Fundo de Previdência seria uma parcela do patrimônio da Autarquia (Órgão Gerenciador), mesmo que possuam escrituração contábil segregadas e CNPS's distintos, são em essência uma mesma entidade. Em face da recomendação jurídica foi efetuado o estorno da transferência e providenciado novo registro no grupo do imobilizado.

Nota 04 – Investimentos do RPPS a Longo Prazo

Representa o saldo dos valores de investimentos do RPPS em longo prazo, o Fundo de Previdência possui dois terrenos em Londrina situados na Rua Pernambuco e Henrique Dias em Londrina-PR, compondo o valor total de R\$ 8.612.000,00.

CONTAS CONTÁBEIS	2023	AV%	2022	AV%	AH %
Investimentos	8.612.000,00	100,00	26.046.400,00	100,00	- 66,94
Imóveis – RPPS	0,00	0,00	19.713.500,00	75,69	-100,00
Terrenos	8.612.000,00	100,00	6.332.900,00	24,31	35,99

Tabela 4 – Disposição dos Investimentos

A redução de 66,94% quanto ao saldo de investimentos permanentes do RPPS é ocasionado devido a

mudança de critério contábil da incorporação do imóvel da sede administrativa da CAAPSMML ao Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Londrina, estabelecida pela Lei Municipal nº 13.317 de 27 de dezembro de 2021, conforme já informado no item 4 deste relatório.

Nota 05 - Passivo Circulante – Demais Obrigações a Curto Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	2023	AV%	2022	AV%	AH %
Passivo Circulante	2.691.274,28	100,00	3.051.084,46	100,00	-11,79
Obrigações a Pagar Curto Prazo	1.083.333,33	40,25	1.791.349,18	58,71	-39,52
Fornecedores e Contas a Pagar	1.083.333,33	40,25	1.791.349,18	58,71	-39,52
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.607.940,95	59,75	1.259.735,28	41,29	27,64
Valores Restituíveis	1.607.940,95	59,75	1.259.735,28	41,29	27,64
Outras Obrigações a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	-

Tabela 05 – Disposição do Passivo Circulante

O saldo de R\$ 1.083.333,33 registrado na conta contábil de fornecedores e contas a pagar é referente a primeira parcelada da taxa de administração a ser encaminhada para unidade gestora no próximo exercício financeiro.

Quanto ao valor R\$ 1.607.940,95 contabilizado a título de valores restituíveis registram o saldo de consignados quanto a empréstimos e retenções de valores bloqueados em virtude de pendências.

Nota 06 – Passivo Não Circulante – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistência a Pagar a Longo Prazo

Registra a dívida fundada a ser baixada em regime de precatórios onde a Caixa de Assistência Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Londrina encontra-se como órgão devedor, entretanto o fato gerador é relacionado com benefícios previdenciários. O saldo registrado teve uma variação positiva de 21,27% o qual é resultado de atualizações e novas inscrições de sentenças judiciais na dívida fundada.

Nota 07 – Passivo Não Circulante – Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo

A tabela a seguir apresenta as provisões matemáticas previdenciárias em disposição analítica quanto a classificação da conta contábil, os valores foram registrados com fundamentação na avaliação atuarial vigente no exercício financeiro de 2023, com data base de 31 de dezembro de 2022.

CONTAS CONTÁBEIS	2023	2022
PROVISÕES A LONGO PRAZO	3.889.548.299,73	2.629.133.724,41
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	3.272.420.017,24	2.750.399.245,20
(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	5.163.463.671,65	4.360.954.410,35
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS		(1.090.210.183,92)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(349.249.905,62)	(292.530.837,26)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(21.459.070,18)	(16.189.756,71)
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(231.137.183,12)	(211.624.387,26)
(-) APORTES FINANCEIROS PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO		0,00
(-) OUTRAS DEDUÇÕES	(1.289.197.495,49)	0,00
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	617.128.282,49	(121.265.520,79)

(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	4.650.255.438,52	4.157.064.291,37
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(1.455.565.890,41)	(2.830.282.732,93)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(2.291.362.353,36)	(1.154.386.648,60)
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(286.198.912,26)	(293.660.430,63)
(-) APORTES PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO		0,00
(-) OUTRAS DEDUÇÕES		0,00

Tabela 6: Comparativo Provisões Matemáticas Previdenciárias

Na data de 26 de Setembro de 2022 foi sancionado pelo executivo municipal a Lei nº 13.469/2022, onde em suma estabelece medidas para equacionamento do déficit atuarial do Plano de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Londrina, mediante transferência de recursos ao Fundo de Previdência, institui o Plano de Amortização e dá outras providências. Tal medida impactou o saldo das provisões matemáticas previdenciárias e geraram o reconhecimento dos valores registrados nas contas do ativo não circulante quanto aos valores atuais da contribuição patronal suplementar e recursos vinculados por lei para cobertura de déficit atuarial.

Nota 08 - Passivos Contingentes

No exercício de 2022 por meio do processo sei nº 43.005123/2022-54 foram realizados questionamentos junto a Procuradoria Geral do Município de Londrina (PGM) com vistas de identificar e atualizar as demandas judiciais tendo como parte a Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina. O processo foi respondido na data de 06 de setembro de 2023, por meio do Despacho nº 2655 / 2023, que em suma informa:

Esta Procuradoria ainda não possui banco de dados ou possibilidade material para realizar levantamento acerca da existência de demandas judiciais em trâmite com probabilidade de perda provável e que possam resultar em obrigação de desembolso financeiro à entidade, sobretudo se considerado o grande volume de ações judiciais sob nossos cuidados (aproximadamente 15 mil, excetuando as execuções fiscais). Importante ressaltar que, não obstante tenha-se firmado contrato de licença de uso de software de gestão de processos, ainda não foi possível realizar tal análise, que demanda análise individual de cada ação, o que terá início em breve.

A título de contribuição, encaminha-se o relatório atualizado do SIP-Jurídico com as ações judiciais em que a CAAPSMML figura como polo passivo, bem como os valores das respectivas ações.

O relatório atualizado SIP-Jurídico totaliza R\$ 33.327.307,49 em ações judiciais em que a CAAPSMML figura como polo passivo.

Nota 09 – Patrimônio Líquido

Os resultados do patrimônio líquido é a situação patrimonial líquida, é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido. A situação patrimonial líquida pode ser um montante positivo ou negativo e integram o patrimônio líquido. No patrimônio líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores. O resultado patrimonial do período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho das entidades do setor público.

CONTAS CONTÁBEIS	2023	AV%	2022	AV%	AH%
Patrimônio Líquido	(613.396.852,54)	100,00	(2.358.491.206,38)	100,00	-73,99
Resultado do Exercício	1.745.094.353,84	-284,50	(614.458.410,10)	26,05	-384,01
Resultado de Exercícios Anteriores	(2.358.522.581,34)	384,50	(1.744.064.171,24)	73,95	35,23
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	31.374,96	-0,01	31.374,96	0,00	0,00

Tabela 7: Disposição do Resultado Líquido do Exercício

Nota 10 – Resultado do Exercício

Ao confrontar as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas no decorrer do exercício de 2023, foi constatado que o resultado patrimonial apurado em 31/12/2023 foi superavitário em R\$ 1.745.094.353,84.

CONTAS CONTÁBEIS	2023	AV%	2022	AV%	AH %
Variações Patrimoniais Aumentativas	4.934.375.226,23	100,00	400.035.347,75	100,00	1133,48
Variações Patrimoniais Diminutivas	3.189.280.872,39	64,63	1.054.493.757,85	263,60	202,45
Resultado Patrimonial do Período:	1.745.094.353,84	35,37	(614.458.410,10)	-153,60	-384,01

Tabela 8: Apuração do Resultado Patrimonial do Período

O resultado patrimonial positivo no período foi motivado devido as providências adotadas quanto a amortização do déficit atuarial por meio da Lei nº 13.469/2022. A avaliação atuarial vigente no exercício de 2023 com data focal de 31/12/2022, apurou um superávit atuarial para o Fundo em Capitalização no valor de R\$ 1.084.430,07. O laudo atuarial em questão apresentou em suas provisões matemáticas previdenciárias a redução do passivo atuarial, devendo ser providenciado a reversão de provisões matemáticas previdenciárias que por consequência elevaram o resultado patrimonial do período.

Nota 11 – Resultado de Exercícios Anteriores

O saldo do Resultado de Exercícios Anteriores em 2023 apresentou um valorização de 35,23% devido as seguintes questões: 1) Ajustes no exercício que passam a compor os resultados de exercícios anteriores em 2023, como o cancelamento de restos a pagar processados e depreciação retroativa de bens móveis. 2) O Resultado do exercício de 2022 o qual compõe os resultados de exercícios anteriores em 2023.

Nota 12 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Registra os efeitos da mudança de critérios contábeis ou retificação de erro imputável a exercícios anteriores que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Não foram realizados ajustes de exercícios anteriores em 2023.

Nota 13 – Resultantes de Extinção Fusão e Cisão

Referente ao saldo residual incorporado pelo Fundo de Previdência (filial).

Nota 14 – Saldo Patrimonial

Este quadro apresenta os ativos e passivos financeiros e permanentes, de acordo com o disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964, elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo), a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP, bem como as contas que representem passivos financeiros, mas que não apresentam passivos patrimoniais associados, como as contas da classe 6 “Crédito Empenhado a Liquidar” e “Restos a Pagar Não Processados a Liquidar. Os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial serão apresentados pelos seus valores totais.

CONTAS CONTÁBEIS	2023	2022	AH %
1. Ativo Financeiro	104.958.728,61	57.989.212,79	81,00
2. Ativo Permanente	245.363.652,25	245.363.652,25	0,00
3. Passivo Financeiro	1.985.829,28	1.301.433,06	52,59
4. Passivo Permanente	3.926.599.378,65	2.660.584.336,14	47,58
5. Saldo Patrimonial	(613.774.386,82)	(1.745.048.521,12)	-64,83

Tabela 9: Composição Patrimonial do Exercício

Nota 15 – Superavit/Déficit Financeiros Apurado por Fonte de Recursos

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O Superávit Financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o art. 43 da Lei nº 4320/1964.

FONTES DE RECURSOS:	2023	AV%	2022	AV%	AH %
1 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	0,00	0,00	0,00	0,00	
40 - Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	99.931.974,99	93,18	52.820.653,68	94,00	89,19
94 - Retenções em Caráter Consignatário	0,00	0,00	0,00	0,00	
551 - Compensação entre Regimes Previdenciários	3.040.924,34	62,82	3.867.126,05	6,00	+21,36
Total:	102.972.899,33	100,00	56.687.779,73	100,00	81,65

Tabela 10: Demonstrativo Superavit/Déficit Financeiro Apurado por Fonte de Recursos

Verifica-se um aumento de 81,65% no resultado apurado por fonte de recursos ocasionado pelo resultado orçamentário superavitário em exercício de 2023.

6. Notas Explicativas das Variações Patrimoniais

Nota 16 – Resultado das Variações Patrimoniais

O Resultado do Exercício de 2023 foi superavitário em R\$ 1.745.094.353,84 comparado ao exercício anterior teve uma redução de 384,01%.

Nota 17 – Impacto dos resultados das atividades operacionais administrativas

CONTAS CONTÁBEIS	2023	AV%	2022	AV%	AH %
Receitas Próprias	393.528.146,19	100,00	394.205.815,93	100,17	-0,17
Contribuições Sociais	393.528.146,19	100,00	394.114.615,93	100,15	-0,15
Exploração Venda de Bens, Serviços e Direitos	413.200,17	0,10	91.200,00	0,02	353,07
Despesas Próprias de Manutenção	492.886.451,80	125,25	430.315.060,79	109,35	14,54
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	492.886.451,80	125,25	429.876.421,20	109,24	14,66
Tributária	0,00	0,00	438.639,59	0,11	-100,00
Uso de Bens, Serv. e Consumo de Capital Fixo	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Resultado da Análise Ativ. Operacionais Adm.	(99.358.305,61)	-25,25	(36.109.244,86)	-9,18	175,16

Tabela 11: Resultado da Análise das Atividades Operacionais Administrativas

O resultado apresentado no exercício entre as receitas e as despesas, consideradas como administrativas ou próprias de manutenção é deficitário em R\$ 99.358.305,61.

Nota 18 – Impacto nos resultados das contas de movimentação financeira

Contas Contábeis	2023	2022	AH%
VPA Financeiras	11.027.102,97	11.867.464,77	-7,08
VPD Financeiras	0,00	0,00	-
Resultado da Análise das Mov. Financeiras	11.027.102,97	11.867.464,77	-7,08

Tabela 12: Resultado nas Contas de Variações Financeiras

Os resultados demonstrados nas contas de movimentação financeiras nos períodos foram positivos, os quais são rendimentos auferidos de aplicações financeiras e juros/encargos incidentes no parcelamento do RPPS conforme determina a Lei Municipal nº 9.566/2004.

Nota 19 – Impacto nos resultados das Variações das Transferências Recebidas e Concedidas

Contas Contábeis	2023	2022	AH%
Variações das Transferências e Delegações Recebidas	222.664.146,97	11.730.797,31	1798,12
Transferências de Delegações Concedidas	0,00	0,00	
Resultado das Transf. Recebidas e Concedidas	222.664.146,97	11.730.797,31	1798,12

Tabela 13: Impacto nos Resultados das Transferências Recebidas e Concedidas

A Tabela acima demonstra os resultados das transferências financeiras ocorridas no exercício. O Resultado das transferências e delegações recebidas é referente ao recebimento de aportes para cobertura de déficit atuarial e contribuição suplementar em convergência com a Lei Municipal nº 13.469/2022.

Nota 20 – Ganhos/Perdas com incorporação de Ativos

Contas Contábeis	2023	2022	AH%
Ganhos com Incorporação de Ativos	52.751.979,29	4.315.561,65	1122,37
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00	
Resultados com Incorporação de Ativo	52.751.979,29	4.315.561,65	1122,37

Tabela 14: Ganhos/Perdas com ativos

O saldo de R\$ 52.751.979,29 é composto pelas seguintes incorporações de ativos:

Reavaliação do Parcelamento Previdenciário do Município de Londrina junto ao RPPS: na importância de R\$ 49.550.907,26, o qual está devidamente normatizado pela Lei Municipal Nº 9566/2004 e processo sei nº 43.004194/2022-30.

Reavaliação dos imóveis vinculados ao Fundo: no valor de R\$ 3.172.600,00 conforme laudo de avaliação nº 52/2023 e 53/2023.

Reavaliação do Aluguel a Receber no Longo Prazo: em virtude de cobrança judicial conforme processo sei nº 19.004.024728/2016-91 no valor de R\$ 28.472,03.

Nota 21 – Impacto nos resultados das contas de Outras Variações Patrimoniais

Contas Contábeis	2023	2022	AH%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	4.253.990.650,64	17.915.708,09	23644,47
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.685.801.183,75	612.963.899,82	338,17
Resultado da Análise de Outras VP	1.568.189.466,89	(595.048.191,73)	-363,54

Tabela 15: Impacto nas contas Outras Variações Patrimoniais

O resultado da análise de outras variações patrimoniais negativas registrou uma queda de 363,54% entre os períodos de 2023 e 2022. A principal variável no resultado final foi aumento de 23.644,47% no

saldo de outras variações patrimoniais aumentativas, que é composta pelos seguintes itens:

Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo no valor de R\$ 2.507.674.377,94 em virtude do superávit atuarial apurado no Fundo em Capitalização, conforme avaliação atuarial vigente no exercício de 2023 com data focal de 31/12/2022.

Compensação Financeira entre RGPS/RPPS no valor de R\$ 13.699.375,46 em decorrência dos valores recebidos pelo regime geral de previdência social.

VPA do Valor Atual da Contribuição Suplementar para Cobertura do Deficit Atuarial no valor de R\$ 427.162.794,60

VPA do Valor Atual dos Recursos Vinculados por Lei para Cobertura do Déficit Atuarial no valor de R\$ 1.305.454.102,64

Quanto a registro de Outras Variações Patrimoniais Diminutivas no valor de R\$ 2.685.801.183,75 é composto pelos seguintes itens:

VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo – Intra OFSS no valor de R\$ 2.677.878.769,34 em convergência com a avaliação atuarial vigente no exercício de 2023 com data focal de 31/12/2022

Compensação Financeira entre RGPS/RPPS no valor de R\$ 1.613.931,37 em decorrência dos valores pagos ao regime geral de previdência social.

Precatórios no valor de R\$ 6.308.483,04 devido ao registro de ingresso e atualização de sentenças judiciais na dívida fundada.

7. Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

Nota 22 – Execução Orçamentária da Receita

O Balanço Orçamentário, evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário do exercício. A previsão inicial de arrecadação foi de R\$ 547.719.000,00 sendo realizado o valor de R\$ 552.422.591,96, portanto foi observado excesso de arrecadação em R\$ 4.703.591,96.

Nota 23 – Movimentação dos Créditos

Detalhamento das Despesas Executadas por Tipo de Créditos				
Tipo de Crédito	Inicial	Atualizado	Despesa Empenhada	% da Execução
1. Inicial + Suplementar	551.720.000,00	589.771.000,00	506.092.184,88	85,81%
2. Especial				
3. Extraordinário				
Total 2023 (1+2+3)	551.720.000,00	589.771.000,00	506.092.184,88	85,81%

A EMPENHAR	83.678.815,12	14,19%
------------	---------------	--------

Tabela 16: Despesas Executadas por Tipo de Créditos

Considerando a tabelas acima são realizados os seguintes apontamentos:

- Foi executado 85,81% do valor total autorizado (inicial + suplementar), 14,19% não foi empenhado em 2023.
- As suplementações orçamentárias foram efetuadas através de superavit de exercícios anteriores e cancelamento parcial da dotação orçamentária.
- Não houve abertura de créditos extraordinários em 2023.
- Não houve abertura de Crédito Especial em 2023.
- Em 2023 do montante autorizado para os gastos de \$ 589.771.000,00 foram realizados (empenhados) o saldo de R\$ 506.092.184,88.
- As despesas correntes de R\$ 506.092.184,88 representam 100,00%, do total dos gastos realizados. A principal natureza das despesas corrente está registrada no grupo com pessoal e encargos sociais, visto que o fundo previdenciário é voltado para o pagamento de aposentadorias e pensões.

Nota 24 – Resultado Orçamentário e Financeiro

Considerando a tabela nº 16 é observado a composição do resultado da execução orçamentária e financeira comparada com o exercício anterior, onde verifica-se uma aumento de 79,46% no resultado financeiro acumulado entre os períodos.

	2023	AV (%)	2022	AV (%)	AH (%)
Receitas correntes - realizadas (1)	552.422.591,96	100,00	440.990.049,41	100,00	25,27
Receitas de capital - realizadas (2)	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL DAS RECEITAS REALIZADAS (3=1+2)	552.422.591,96	100,00	440.990.049,41	100,00	25,27
Despesas correntes - empenhada (4)	506.092.184,88	91,61	441.680.716,51	100,16	14,58
Despesas de capital - empenhada (5)	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL DAS DESPESAS (6=4+5)	506.092.184,88	91,61	441.680.716,51	100,16	14,58
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO PERÍODO (7=3-6)	46.330.407,08	8,39	(690.667,10)	0,16	-6808,07
Interferências financeiras recebidas (8)	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Interferências financeiras concedidas (9)	0,00	0,00	0,00	0,00	-
RESULTADO DAS INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS (10=8-9)	0,00	0,00	0,00	0,00	-
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (11=7+10)	46.330.407,08	8,39	(690.667,10)	0,16	-6808,07
Cancelamento de restos a pagar processados (12)	0,00	0,00	35,87	0,00	-100,00
Cancelamento de restos a pagar não processados (13)	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS (14=12+13)	0,00	0,00	35,87	0,00	-100,00
Inscrição/baixa de realizável por canc., cisão, fusão ou extinção (15)	45.287,48	(0,01)	0,00	0,00	-
Despesas não empenhadas (16)	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Estornos de despesas não empenhadas (17)	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Apropriação de despesas não empenhadas (18)	0,00	0,00	0,00	0,00	-
RESULTADO AJUSTADO (19=11+14+15-16+17+18)	46.285.119,60	8,38	(690.631,23)	(0,16)	-6801,86
Superávit / déficit do exercício anterior (20)	56.687.779,73	10,26	57.378.410,96	13,01	-1,20
Saldo do ativo realizável (21)	0,00	0,00	0,00	0,00	-
RESULTADO FINANCEIRO ACUMULADO (22=19+20-21)	102.972.899,33	18,64	57.378.410,96	12,85	79,46

Tabela 17: Resultado Orçamentário e Financeiro

Nota 25 - Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

A entidade inscreveu saldos de empenhos em restos a pagar de exercícios anteriores o qual é direcionado para compensações a regimes de previdência no valor de R\$ 41.697,78.

Nota 26 - Considerações Finais

Considerando a arrecadação e despesa orçamentária do período é verificado um superávit orçamentário de R\$ 46.285.119,60.

8. Notas Explicativas do Balanço Financeiro e dos Fluxos de Caixa

Nota 27 - Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa

O Balanço Financeiro é estruturado de forma a evidenciar o resultado financeiro do período, a diferença entre o total dos ingressos financeiros e o total dos dispêndios financeiros tanto orçamentários como extraorçamentários. O resultado financeiro positivo indica que houve mais ingressos de recursos do que dispêndios, por simetria, o negativo indica que houve mais dispêndios. É importante que as demonstrações contábeis sejam avaliadas em conjunto, pois uma variação positiva na disponibilidade do período não é sinônimo, necessariamente, de bom desempenho da gestão financeira, uma vez que tal variação pode ter sido ocasionada por endividamento público.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC é um instrumento de avaliação da gestão pública, pois permitem inferir quais formas as decisões de alocação de recursos na prestação de serviços públicos, em suas atividades operacionais, de investimento e financiamentos, além de possibilitar de como influenciou na liquidez da entidade de forma a prevenir insolvência futura da entidade.

Nota 28 – Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro do exercício de 2023 são detalhados na tabela a seguir, comparado com o exercício de 2022.

Especificação	31/12/2023	31/12/2022	AH %
Receita Orçamentária	552.422.591,96	440.990.049,41	25,27
Despesa Orçamentária	505.801.281,81	442.451.076,16	14,32
Subtotal	46.621.310,15	(1.461.026,75)	-3291,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	0,00	-
Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00	-
Subtotal	0,00	0,00	-
Recebimentos Extraorçamentários	142.244.032,93	123.267.736,89	15,39
Pagamentos Extraorçamentários	141.895.827,26	122.008.320,28	16,30
Subtotal	348.205,67	1.259.416,61	-72,35
Resultado Financeiro do Exercício:	46.969.515,82	(201.610,14)	-23397,20

Tabela 18: Resultado Financeiro do Exercício

O resultado financeiro do exercício foi superavitário em R\$ 46.969.515,82.

Nota 29 – Receita Orçamentária

A Receita Orçamentária é composta por:

- Receita de Contribuições: R\$ 127.738.721,78 - Contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas ao plano de previdência municipal.
- Receita Patrimonial: R\$ 11.111.205,41 - Rendimentos das aplicações financeiras e exploração do patrimônio público.
- Receitas de Contribuições – Intraorçamentárias – R\$ 398.709.387,52 - Contribuições patronais normais e suplementares, aportes para cobertura de deficit atuarial e parcelamento previdenciário.
- Outras receitas correntes R\$ 14.863.277,25 são diversas receitas arrecadadas durante o

exercício, em especial a compensação financeira entre regimes de previdência.

Nota 30 – Despesa Orçamentária

São os pagamentos efetuados aos servidores que estão aposentados e ou são pensionistas do Fundo de Previdência de Londrina. A despesa orçamentária é composta por:

- Aposentadorias: R\$ 432.275.818,07
- Pensões: R\$ 46.360.633,73
- Compensações ao Regime de Previdência: R\$ 15.863.577,32
- Taxa de Administração ao Órgão Gerenciador – RPPS: R\$ 11.255.965,21
- Perdas em Aplicações Financeiras – R\$ 45.287,48

Nota 31 – Transferências Financeiras

No exercício de 2023 não foram recebidos transferências financeiras.

Nota 32 – Quadro das Disponibilidades

A disponibilidade é composta por caixa e bancos, aplicações financeiras e demais créditos à curto prazo. O saldo de caixa e bancos refere-se aos recursos disponíveis em contas bancárias.

Contas Contábeis	31/12/2023	AV%	31/12/2022	AV%	AH%
Disponibilidades	104.958.728,61	100,00	57.989.213,79	100,00	81,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	52.763,62	0,05	34.597,25	0,06	52,51
Banco Conta Movimento – Plano Previdenciário	52.763,62	0,05	34.597,25	0,06	52,51
Investimentos e Aplicações Temporárias	104.905.964,99	99,95	57.954.616,54	99,94	81,01
Títulos Públicos	25.232.450,73	24,04	5.866.404,30	10,12	330,12
Fundos de Investimentos – Tesouro Nacional	74.771.288,51	71,24	46.246.036,86	79,75	61,68
Aplicações em Fundos do Segmento Imobiliário	4.902.255,75	4,67	5.842.174,38	10,07	-16,09

Tabela 19: Quadro das Disponibilidades

Nota 33 – Enquadramento das Aplicações Financeiras do RPPS

O saldo de aplicações financeiras do RPPS encontra-se posionado nos seguintes ativos na data de 31/12/2023.

Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior	Aplicações	Resgate	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	Instit. (%)
ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	5.992.329,82	14.913.471,88	0,00	23.440.648,49	2.534.846,79	12,13%	13,06%
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	17.713.310,20	246.809.203,62	251.289.110,42	17.058.303,30	2.309.999,04	0,89%	12,90%
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIX...	15.754.442,97	250.127.892,32	248.534.882,46	19.532.553,50	2.185.100,67	0,82%	13,02%
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIX...	3.208.119,00	15.781.979,59	1.030.326,99	19.806.022,68	1.846.251,08	9,72%	5,16%
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC RENDA FIXA SIMPL...	1.303.946,26	734.527.872,41	734.835.432,66	1.907.868,40	911.482,39	0,12%	11,58%
CAIXA BRASIL 2027 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	5.866.119,74	0,00	361.225,13	6.290.673,75	785.779,14	13,40%	7,24%
CAIXA BRASIL 2024 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	3.551.031,06	0,00	199.513,87	3.735.427,00	383.909,81	10,81%	5,19%
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC	562.372,93	558.735,86	0,00	1.251.494,43	130.385,64	11,63%	15,84%
ITAÚ INSTITUCIONAL GLOBAL DINÂMICO FIC	277.827,70	493.849,23	0,00	837.923,57	66.246,64	8,58%	12,69%
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	210.847,27	600.001,64	605.586,00	238.735,52	33.472,61	4,13%	13,32%
ITAÚ PP FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	13.743,06	40.069.681,63	37.971.461,33	2.128.196,93	16.233,57	0,04%	10,97%
CAIXA BRASIL 2027 X TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	0,00	367.777,67	5.362,21	376.133,21	13.717,75	3,73%	-
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	0,00	2.101.950,00	0,00	2.103.952,69	2.002,69	0,10%	15,86%
BB ATIVA PLUS FIC RENDA FIXA LP	0,00	4.200.000,00	0,00	4.154.712,52	-45.287,48	-1,08%	8,93%
Total Renda Fixa:	54.454.096,07	1.312.607.416,05	1.274.832.907,07	103.462.705,99	11.234.100,94	12,18%	
Ativos Renda Variável	Saldo	Aplicações	Resgate	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno	Instit.

	Anterior					(%)	(%)
RIO BRAVO RENDA VAREJO FII – RBVA 11	922.200,00	0,00	980.878,33	0,00	58.678,33	6,36%	-
OURO VERDE DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO I FII ORP	4.649.907,00	0,00	0,00	4.649.907,00	0,00	0,00%	-
IMOBILIÁRIO PARANÁ REC FIP MULTISTRATÉGIA	270.067,38	0,00	0,00	252.318,75	-17.748,63	-6,57%	-6,57%
Total Renda Variável:	5.842.174,38	0,00	980.878,33	4.902.225,75	40.929,70	0,70%	
Total de Ativos	Saldo Anterior	Aplicações	Resgate	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	Instit. (%)
CONSOLIDAÇÃO	60.296.270,45	1.312.607.416,05	1.275.813.785,40	108.364.931,74	11.275.030,64	8,48%	

Tabela 20: Enquadramento das Aplicações

A gestão dos ativos e deliberações quanto aos investimentos a serem realizados é de responsabilidade do Comitê de Investimentos da Autarquia, que em sua Ata de Reunião Ordinária nº 1/2024 deliberou quanto a rentabilidade dos recursos do Fundo do Plano de Previdência em Dezembro/23, nos seguintes termos:

A rentabilidade dos investimentos do Fundo do Plano de Previdência acumulada até o mês de DEZEMBRO/2023 foi 8,72%, enquanto a meta (INPC + 4,66%) foi 8,48%. Assim, a meta está sendo superada em 2,83%.


Deve ser observado que a rentabilidade dos fundos de vértice (CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA), com vencimento para 2024 e 2027, é pré-fixada no momento da aplicação, para resgate na data determinada, em percentual superior à meta atuarial. Se trata de investimento de baixo risco, mas como o acompanhamento mensal é realizado pela marcação a mercado, pode acarretar variação inferior à programada para o vencimento do ativo, como a que ocorreu no ano de 2023. O desempenho dos fundos de vértice, na marcação a mercado, pode resultar queda no desempenho mensal e anual da carteira total, não impactando, porém, na rentabilidade final, que será computada na época do resgate, que foi superior à meta atuarial.

Deve ser observado ainda que o fundo BB ATIVA PLUS FIC RENDA FIXA LP, do Banco do Brasil não acompanhou a rentabilidade dos meses anteriores, tendo a Instituição perspectiva de que haja recuperação nos meses subsequentes, cabe observar que se trata de ativo de risco moderado para baixo, que terá acompanhamento mais atento deste Comitê, para fins de deliberação quanto a sua manutenção no decorrer do ano ou resgate dos recursos para investimento em outros ativos de melhor desempenho. Até que haja maior segurança nos investimentos indicados pelo Banco do Brasil, os recursos inerentes aos aportes realizados pelo Município ao RPPS serão direcionados às demais instituições credenciadas.

Visando melhorar os resultados da carteira para os próximos meses, deverá ser estudada a carteira e adequados os investimentos, em conformidade com a política de investimento de 2024, já aprovada pelo Conselho Administrativo, e Estudo de ALM realizado pela empresa Crédito e Mercado, tomando como parâmetro as análises e recomendações dessa Consultoria de Investimentos.

Nota 34 – Considerações Finais

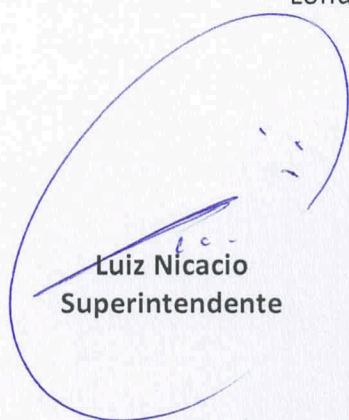
Com o equacionamento do déficit atuarial com a sanção da Leis Municipais nº 13.469/2022 e 13.676/2023 é esperado o equilíbrio atuarial e financeiro do Fundo de Previdência, que por consequência irá proporcionar o aumento no saldo das disponibilidades financeira e nos ativos garantidores do Fundo Previdenciário. Cabe destacar que a formação de reserva previdenciária é fundamental para garantir a cobertura dos benefícios previdenciários dos segurados vinculados ao plano de previdência social dos servidores municipais de Londrina.



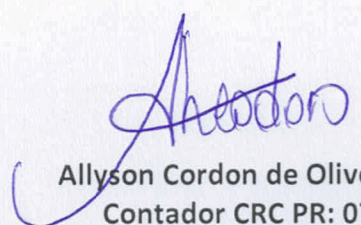
Nota 35 – Encerramento

A entidade como órgão da administração indireta do Município de Londrina, mantém a sua contabilidade em sistema terceirizado, contratado e consolidado no Município, a qual se encontra perfeitamente atinente à legislação, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a ética profissional. Os resultados são frutos do documental remetidos para contabilização pelos setores da Entidade, respondendo estes pela veracidade, integralidade e procedência. A Superintendência encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante à responsabilidade da documentação e procedimentos. A responsabilidade do profissional contabilista que referenda estas demonstrações contábeis está limitada aos fatos efetivamente notificados ao profissional.

Londrina, 31 de dezembro de 2023.



Luiz Nicacio
Superintendente



Allyson Cordon de Oliveira Theodoro
Contador CRC PR: 074248/O-4